



**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

PROCESSO N. 049/2022

AUTORIA: CHEFE DO PODER EXECUTIVO

RELATOR: VEREADOR PRETO AQUINO

**VETO INTEGRAL. VETO JURÍDICO. ALEGADA INVASÃO DE COMPETÊNCIA. PROJETO DE LEI AUTORIZATIVO. INEXISTÊNCIA DE VINCULAÇÃO. DESOBRIGAÇÃO. PARECER DESFAVORÁVEL AO VETO.**

**RELATÓRIO**

O Chefe do Executivo Municipal enviou mensagem de VETO INTEGRAL ao Projeto de Lei n. 567/2021, de autoria do Senhor Vereador Aroldo Alves.

Sucintamente, em suas razões, o Chefe do Executivo alega invasão de competência, invocando o disposto no artigo 55, incisos VI e XI da Lei Orgânica do Município, conjugado com o artigo 60 da CF/88 ao dispor sobre a separação de poderes e manutenção do pacto federativo.

Ainda, em suas razões o Executivo traz o possível impacto financeiro e orçamentário, de modo que a efetivação da proposição da vereança representaria violação aos artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

É o que importa relatar.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Todas as razões trazidas pelo Executivo são aplicáveis e de necessária observância, acaso o Projeto vetado criasse uma obrigação imediata ao ente administrativo. Porém, em seu artigo 1, o PL 567/2021 deixa claro que a proposição tem caráter autorizativo, ou seja, não vincula a atuação da administração e nem cria a despesa de fato.

Neste sentido, observa-se pleno respeito à discricionariedade administrativa, notadamente a conveniência e oportunidade.

A proposição objeto de veto almeja o cumprimento do princípio da boa administração, nas palavras de Alexandre Mazza (Manual de Direito Administrativo, 12 ed.

